



Tururu – CE, 07 de julho de 2026

Ata da 23ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa do Biênio 2025/2026 da 10ª Legislatura (2025/2028) da Câmara Municipal de Tururu/CE

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, às 9h, na sede da Câmara Municipal de Tururu, situada na Rua Neném Barroso, nº 18, Centro, realizou-se a 23ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 10ª Legislatura. A sessão foi presidida pelo vereador Francisco Gláucio Damasceno Chaves e secretariada pelo vereador Welington Costa de Castro, 1º Secretário. Conforme o livro de presença participaram os vereadores: Antônio Marcos Sales Menezes, Francisca Edna Sousa Umbelino, Francisco Edinardo de Meneses Freitas, Francisco Gláucio Damasceno Chaves, Francimar Magalhães Rodrigues, George de Almeida Gomes, Isaac César Barroso Moreira, Jefferson Patrick de Oliveira Campos, Rosevania Machado Lopes e Welington Costa de Castro. Havendo número legal, o Presidente declarou aberta a sessão. A sessão foi iniciada com a chamada regimental dos vereadores. Em seguida, foi entoado o Hino do Município de Tururu. O Presidente solicitou ao 1º Secretário a leitura da ata da 22ª Sessão Ordinária, realizada em 30 de junho de 2026, a qual foi submetida à votação e aprovada por unanimidade. Em seguida, o 1º Secretário procedeu à leitura da pauta do dia. Dando início ao **EXPEDIENTE**, foram lidas as seguintes matérias: **Indicação nº 053/2026. Ementa:** Indica ao Poder Executivo Municipal a adoção de providências necessárias para a inclusão da Rua Jonas Barroso Braga (Ingá), no Município de Tururu/CE, no Programa Sinalize, visando à revitalização asfáltica da via e à implantação da sinalização viária adequada. **Autoria:** Vereadora Francisca Edna Sousa Umbelino (PODEMOS). **Parecer da Comissão de Justiça e Redação nº 025/2026**, referente ao Projeto de Lei nº 016/2026, de 25 de junho de 2026. **Ementa:** Dispõe sobre a adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como indexador oficial para reajuste anual dos contratos de rateio celebrados no âmbito do consórcio de saúde e dá outras providências. **Parecer da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social e Trabalho, Cultura e Turismo, Esporte e Juventude nº 004/2026**, referente ao Projeto de Lei nº 016/2026, de 25 de junho de 2026. **Ementa:** Dispõe sobre a adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como indexador oficial para reajuste anual dos contratos de rateio celebrados no âmbito do consórcio de saúde e dá outras providências. **Parecer da Comissão de Justiça e Redação nº 026/2026**, referente ao Projeto de Lei nº 017/2026, de 25 de junho de 2026. **Ementa:** Autoriza o Poder Executivo a anuir com a fixação de prazo de vigência para os contratos no âmbito do consórcio de saúde e dá outras providências. **Parecer da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social e Trabalho, Cultura e Turismo, Esporte e Juventude nº 005/2026**, referente ao Projeto de Lei nº 017/2026, de 25 de junho de 2026. **Ementa:** Autoriza o Poder Executivo a anuir com a fixação de prazo de vigência para os contratos no âmbito do consórcio de saúde e dá outras providências. **Parecer da Comissão de Justiça e Redação nº 027/2026**, referente ao Projeto de Lei nº 018/2026, de 25 de junho de 2026. **Ementa:** Dispõe sobre a fixação de parâmetros para as despesas administrativas da sede do consórcio de saúde e dá outras providências. **Parecer da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social e Trabalho, Cultura e Turismo, Esporte e Juventude nº 006/2026**, referente ao Projeto de Lei nº 018/2026, de 25 de junho de 2026. **Ementa:** Dispõe sobre a fixação de parâmetros para as despesas administrativas da sede do consórcio de saúde e dá outras providências. **Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento nº 014/2026**, referente ao Projeto de Lei nº 018/2026, de 25 de junho de 2026. **Ementa:** Dispõe sobre a fixação de



parâmetros para as despesas administrativas da sede do consórcio de saúde e dá outras providências. **Parecer da Comissão de Justiça e Redação nº 028/2026**, referente ao Projeto de Resolução nº 005/2026. **Ementa:** Institui a Escola do Legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Tururu/CE. **Autoria:** Mesa Diretora. A Indicação nº 053/2026 foi retirada de pauta por já constar na relação de ruas a serem asfaltadas, com previsão de início das obras para o final de julho e o começo de agosto de 2026. Todos os pareceres foram aprovados por unanimidade. Encerrado o Expediente, passou-se à **ORDEM DO DIA: Projeto de Lei nº 016/2026**, de 25 de junho de 2026. **Ementa:** Dispõe sobre a adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como indexador oficial para reajuste anual dos contratos de rateio celebrados no âmbito do consórcio de saúde e dá outras providências. **Projeto de Lei nº 017/2026**, de 25 de junho de 2026. **Ementa:** Autoriza o Poder Executivo a anuir com a fixação de prazo de vigência para os contratos no âmbito do consórcio de saúde e dá outras providências. **Projeto de Lei nº 018/2026**, de 25 de junho de 2026. **Ementa:** Dispõe sobre a fixação de parâmetros para as despesas administrativas da sede do consórcio de saúde e dá outras providências. **Projeto de Resolução nº 005/2026. Ementa:** Institui a Escola do Legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Tururu/CE. **Autoria:** Mesa Diretora. Em seguida, foram colocados em discussão e votação única os Projetos de Lei e o Projeto de Resolução, sendo todos aprovados por unanimidade. Não havendo mais matérias a serem deliberadas, foi aberta a **EXPLICAÇÃO PESSOAL**. Com a palavra, a vereadora Francisca Edna Sousa Umbelino saudou os presentes com um bom-dia, incluindo o diretor do Hospital Municipal, a coordenadora Rejane e seu filho, Iuri, destacando a importância do apoio dele em sua trajetória política. Denunciou o atraso no pagamento dos trabalhadores terceirizados da empresa TECTA Construções e Serviços, responsáveis por serviços no Hospital Municipal, cobrando providências. Solicitou uma fiscalização conjunta dos colegas parlamentares na obra do hospital, informando que, embora o Portal da Transparência registre 33% de execução da obra, acredita que o percentual seja superior. Ressaltou que a licitação possui o valor de R\$ 1.235.869,91 e informou ter encaminhado ofício à Secretaria de Saúde solicitando esclarecimentos sobre o andamento da obra. Também mencionou as emendas impositivas destinadas à saúde, especialmente a indicação para o setor obstétrico do hospital, que, segundo sua fiscalização, apresenta condições inadequadas para a realização de partos, cobrando do Poder Executivo informações sobre a conclusão das obras e a efetiva implantação desse setor. Encerrada a Explicação Pessoal, foi aberta a Tribuna Livre. Não havendo inscritos, o Presidente informou que a próxima Sessão Ordinária ocorrerá em 14 de julho de 2026 e que, às 10h30, será realizada Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a sessão, em nome de Deus.

Eu, **Wellington Costa de Castro**, 1º Secretário, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais de direito.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Tururu/CE, aos sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis.